



Quinta-feira, 02 de setembro de 2021 às 15:30, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 3261709: LEI Nº 1.121/2021 DE 01 DE SETEMBRO DE
2021

ENTIDADE

Prefeitura Municipal de Abdon Batista

MUNICÍPIO

Abdon Batista



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?q=id:3261709>

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

LEI Nº 1.121/2021 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

(Origem Projeto de Lei Nº 620, de 29 de Junho de 2021.)

AUTORIZA A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE DEPENDÊNCIAS DO MIRANTE SANTO ANTONIO DE ABDON BATISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADIR LUIZ DE SOUZA, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei torna público que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o poder Executivo autorizado a promover a concessão de direito administrativo de uso, após procedimento licitatório, referente ao uso do Mirante Santo Antônio em Abdon Batista/SC.

Parágrafo Primeiro. O objetivo da medida prevista no "caput" é obter a proposta mais vantajosa à Administração, para o uso através de concessão de uso do bem público.

Parágrafo Segundo. A concessão de que trata o caput deste artigo, será a título oneroso e se realizará mediante processo licitatório.

Art. 2º Os requisitos, dimensões, prazos e locais exatos para a exploração dos serviços serão dispostos em edital de licitação próprio.

Art. 3º A exploração dos serviços a serem prestados ficarão sujeitos à legislação e fiscalização por parte do Poder Executivo Municipal, incumbindo aos que as executarem, a sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

Art. 4º O edital de licitação, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 8.987/95 e Lei Federal 14.133/21 e as respectivas atualizações posteriores, conterá exigências relativas:

I - a observação da legislação relativa à execução de obras em espaços públicos, obedecendo, rigorosamente, o projeto aprovado;

II - ao funcionamento das atividades no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento de outorga;

III - a não utilização do espaço cedido para finalidade diversa da aprovada, assim como a proibição de transferência ou cessão do espaço ou das atividades objeto de exploração a terceiros, ainda que parcialmente;

IV - a autorização e aprovação prévia e expressa da concedente nas hipóteses da realização de eventuais benfeitorias na área cedida, observadas as disposições desta Lei;

V - ao cumprimento das exigências impostas como contrapartida, bem como ao pagamento dos tributos incidentes e todas as despesas decorrentes da concessão;

VI - a responsabilização da concessionária, inclusive perante terceiros, por quaisquer prejuízos decorrentes da ocupação do espaço, bem como do trabalho, serviços e obras que executar;

VII - desativação por parte da concessionária das instalações, inclusive com a remoção dos equipamentos e mobiliário, ao término do prazo pactuado, sem direito a qualquer retenção ou indenização, seja a que título for, pelas benfeitorias, ainda que necessárias, obras e trabalhos executados, salvo disposição contrária do poder concedente;

VIII - a submissão por parte da concessionária à fiscalização, inspeções e vistorias periódicas da concedente, principalmente quanto às normas de segurança e saúde pública;

IX - a manutenção da padronização e exigências técnicas estipuladas no edital;

X - a responsabilidade da concessionária diante dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes, direta ou indiretamente, da execução dos serviços que se propõe a prestar.

Art. 5º O Poder Executivo poderá, a qualquer tempo, intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo Único. A intervenção será feita através de decreto, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

Art. 6º O Poder Executivo fixará os valores cobrados pela exploração das áreas e espaços.

Art. 7º Extinta a concessão, por quaisquer dos meios previstos em Lei ou no edital de licitação, retornam ao Poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário através do contrato.

Art. 8º O licitante vencedor deverá instalar às suas expensas todo mobiliário e equipamento necessário ao bom funcionamento das respectivas dependências, bem como realizar a manutenção durante todo o período de contratação, em conformidade com as exigências que o caso requer.

Art. 9º As Lanchonetes e Restaurantes deverão funcionar dentro dos requisitos exigidos para o tipo de estabelecimento, com estoque adequado de mercadorias, sendo elas, no mínimo, bebidas, lanches, petiscos e outros correlatos, a fim de atender bem aos usuários.

Art. 10º O prazo máximo de concessão prevista nesta Lei será de 20 (vinte) anos, conforme estudo de viabilidade, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que justificado o interesse público e econômico-financeiro.

Parágrafo Único. Poderão ser estipulados prazos de outorga em limites inferiores ao previsto no *caput* deste artigo, de acordo com o edital de licitação.

Art. 11º Após o término do processo licitatório, o Poder Executivo firmará o competente contrato, sobre o qual haverá incidir os pagamentos dos valores da proposta vencedora do certame, com reajustes, como base a Unidade Fiscal do Município (UFM) ou outro indexador oficial, devendo estar devidamente expresso o índice em Edital.

Art. 12º O concessionário se obrigará a manter as dependências locadas nos melhores padrões de organização, higiene e limpeza, assim como a utilizá-la exclusivamente aos fins a que se destina, ficando sob suas espessas as autorizações de funcionamento.

Art. 13º No valor da locação deverão estar inclusos uma estimativa relativa ao consumo de energia elétrica, uma vez que não há ligações independentes para a parte da concessão e se houver a separação do consumo, o referente a concessão será de responsabilidade do concessionário.

Art. 14. A concessão ora tratada será regida e embasada, no que couber, pela Lei nº 8.666/93, Lei Federal nº 8.987/95, Lei Federal 14.133/21 e as respectivas atualizações posteriores, pelo edital de licitação e pelas cláusulas contratuais a serem firmadas.

Art. 15. As despesas decorrentes da execução desta Lei correm por conta de dotações constantes no orçamento municipal, suplementado caso necessário.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Abdon Batista/SC, 01 de setembro de 2021.

JADIR LUIZ DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra